

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA



# RAÍZES MEDIEVAIS DO BRASIL MODERNO

---

---

A VIAGEM

---

---

COORDENAÇÃO:  
MANUELA MENDONÇA  
MARIA DE FÁTIMA REIS

LISBOA · MMXX

## **Ficha técnica:**

### *Título*

Raízes Medievais do Brasil Moderno

A Viagem

### *Coordenação:*

Manuela Mendonça

Maria de Fátima Reis

### *Revisão de texto*

Maria de Fátima Reis

### *Comissão Organizadora*

Maria de Fátima Reis

Maria Marta Lobo de Araújo

Manuela Machado

Carla Xavier

Sandra Castro

### *Comissão Científica*

José Viriato Capela

Manuela Mendonça

Maria de Fátima Reis

Maria Eurydice de Barros Ribeiro

Maria Marta Lobo de Araújo

Susani Silveira Lemos França

### *Arranjo Gráfico*

Paula Silva

Luís Silva

### *Execução Gráfica*

Lusoimpress.com

### *Tiragem*

250 Exemplares

© Academia Portuguesa da História

### *Depósito Legal*

474658/20

### *ISBN*

978-972-624-227-7

# ÍNDICE

## CONTEÚDO

<b>NOTA PRÉVIA</b> . . . . .	11
Manuela Mendonça	
Maria de Fátima Reis	
<b><i>O LIBRO DEL INFANTE DON PEDRO DE PORTUGAL: UMA VIAGEM AO REINO DO MÍTICO PRESTE JOÃO</i></b> . . . . .	13
Adriana Zierer	
<b>CRONISTAS E OUTROS TESTEMUNHOS DA VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES (1519-1522)</b> . . . . .	29
Armando Martins	
<b>VIAGEM DE FILIPE II (III) A PORTUGAL EM 1619: EXPECTATIVAS DE UMA VISITA</b> . . . . .	49
Carlos Margaça Veiga	
<b>O VIAJANTE JERÔNIMO MÜNZER NO PORTUGAL QUATROCENTISTA (1494-1495)</b> . . . . .	73
Dulce O. Amarante dos Santos	
<b>A “VIAGEM” NA CRISTANDADE MEDIEVAL OCIDENTAL</b> . . . . .	97
Francisco José Silva Gomes	

<b>A CAMINHO DA CIVILIZAÇÃO</b> . . . . .	109
Jean Marcel Carvalho França	
<b>O CONHECIMENTO DO AMAZONAS NA “HISTOIRE GÉNÉRALE DES VOYAGES”</b> . . . . .	125
João Marinho dos Santos	
<b>VIAJAR PARA ORIENTE. O CONHECIMENTO DA ÁSIA NA EUROPA MEDIEVAL ENTRE AS VIAGENS DE ALEXANDRE E AS AVENTURAS DE MARCO POLO</b> . . . . .	135
José Varandas	
<b>A VIAGEM NA IDADE MÉDIA VISTA PELA DOCUMENTAÇÃO PENINSULAR</b> . . . . .	149
Julieta Araújo	
<b>JOÃO CIDADE. DE MONTEMOR-O-NOVO A GRANADA</b> . . . . .	171
Manuela Mendonça	
<b>O INFANTE D. AFONSO EM VIAGEM PARA JERUSALÉM: UMA PONDERAÇÃO ENTRE O RECONHECIMENTO GEOESTRATÉGICO E A PEREGRINAÇÃO (1406-1408)</b> . . . . .	189
Margarida Garcez Ventura	
<b>“SE ME VOSSA MERCÊ MANDAR LICENÇA PERA IR JÁ ME EMBARCARA”. DA MADEIRA PARA O BRASIL: VIAGEM, AMOR E CASAMENTO NO SÉCULO XVI</b> . . . . .	207
Maria de Fátima Reis	
<b>IBIRAPITANGA: DA MATA ATLÂNTICA PARA AS CORTES EUROPEIAS</b> . . . . .	221
Maria Eurydice de Barros Ribeiro	

<b>VIAJAR PARA CASAR: EM TORNO DA UNIÃO DE LEONOR DE PORTUGAL COM FREDERICO III, IMPERADOR NA ALEMANHA . . . . .</b>	<b>231</b>
Maria Helena da Cruz Coelho	
<b>CIRCULANDO ENTRE PODERES: PEDRO DE AGUIAR E A OCUPAÇÃO DE CARGOS NA SOCIEDADE BRACARENSE DO SÉCULO XVII . . . . .</b>	<b>265</b>
Maria Marta Lobo de Araújo	
<b>A ÚLTIMA VIAGEM – MORRER À VISTA DA CHINA . . . . .</b>	<b>287</b>
Miguel Corrêa Monteiro	
<b>GALICIA Y LA EXPEDICIÓN MAGALLÁNICA . . . . .</b>	<b>307</b>
Ofelia Rey Castelao	
<b>AÇÕES LOUVÁVEIS, CONDENÁVEIS E ESQUECIDAS NAS PRIMEIRAS VIAGENS PARA AS ILHAS ATLÂNTICAS . . . . .</b>	<b>329</b>
Susani Silveira Lemos França	
<b>O CICLO DAS NARRATIVAS ATLÂNTICAS: O “DE CANARIA” DE BOCCACCIO E O “LE CANARIEN” DE GADIFER E BÉTHENCOURT . . . . .</b>	<b>355</b>
Vânia Leite Fróes	



## **CIRCULANDO ENTRE PODERES: PEDRO DE AGUIAR E A OCUPAÇÃO DE CARGOS NA SOCIEDADE BRACARENSE DO SÉCULO XVII**

**Maria Marta Lobo de Araújo**

*Universidade do Minho, Lab2PT*

*Academia Portuguesa da História*

### **INTRODUÇÃO**

Pedro Aguiar constituiu conjuntamente com a sua esposa, Maria Vieira, um dos principais benfeitores da Santa Casa de Braga durante a Idade Moderna. O importante arquivo desta Misericórdia possibilita estudar parte da sua vida, principalmente a que diz respeito à vida confraternal. O cruzamento deste fundo com o notarial, onde se encontra também o seu testamento com as últimas vontades, entre outras escrituras de doação e de empréstimo de dinheiro a juro, permite ir um pouco mais além. Através desta documentação é possível conhecer partes da sua vida, nomeadamente os seus bens materiais, as benfeitorias feitas e até a sua família. Todavia, foi estudado também o seu processo a familiar o Santo Ofício, deixando-nos entrever mais uma dimensão do poder deste homem.

A sua vida possibilita-nos três vertentes de análise: o início da escalada social, o casamento e construção de riqueza, a ocupação de cargos de poder e as benfeitorias em algumas confrarias da cidade. Esta última dimensão é muito relevante porquanto permite dar visibilidade aos homens e mulheres que possibilitaram a estas instituições robustecer e alargar as suas práticas caritativas.

Neste trabalho, analisaremos as atas, os livros de eleições, os livros de receita e despesa, mas também o testamento de Pedro de Aguiar, bem como o processo de candidatura a familiar do Santo Ofício. Não acedemos a toda a extensão da sua vida, por impossibilidade das fontes, nem a toda a extensão do poder que exerceu, mas esclareceremos alguns dos principais passos do seu percurso, dando visibilidade ao seu enriquecimento e à forma como ele lhe abriu as portas do poder. Assim, percorreremos alguns dos lugares de poder que ocupou, dando visibilidade a um itinerário de ascensão social e poder, materializado na acumulação de riqueza e no exercício de cargos em diferentes instituições.

## RETALHOS DE UMA VIDA: O INÍCIO DA ASCENSÃO SOCIAL

Nasceu em *Santa Maria do Souto*, arrabaldes da vila de Guimarães, mas veio para Braga muito pequeno, porquanto várias testemunhas do seu processo de candidatura a familiar do Santo Ofício, residentes em Braga, declararam conhecê-lo desde menino<sup>1</sup>. Inicialmente, foi morador com os seus pais na *rua das agoas*, na cidade de Braga, mas depois mudou de residência, embora residisse na mesma freguesia de São João do Souto. A saída da sua aldeia de origem para a cidade terá sido uma das suas primeiras viagens, senão mesmo a primeira, mas determinante para o seu futuro. Num percurso pequeno, a viagem feita representou muito mais do que os escassos quilómetros que separavam a cidade capital da região minhota e a dinâmica vila de Guimarães de

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>

então. Foi neste núcleo urbano de maior dimensão que o menino se transformou em homem e se abriram muitas oportunidades de vida e de poder. Os motivos da instalação da sua família em Braga não são conhecidos, mas sabemos que os avós maternos eram de Braga, o que pode ter influenciado a mudança de residência. Estiveram associados à agricultura, como a maioria das pessoas da época, e o seu pai era *rentista*. A cidade assumia uma dimensão média para a época, mas servia de polo de atração, principalmente para os que desejavam introduzir-se no mundo dos ofícios, pois era importante em alguns dos seus ramos. Era ainda sede de arcebispado, o que fazia gravitar em seu torno um conjunto de pessoas e equipamentos necessários ao seu aparelho religioso.

Entre o nascimento e o seu casamento nada sabemos, embora pensemos que se tenha iniciado na vida profissional relativamente jovem, como acontecia com os rapazes da sua época. Ou seja, as informações que possuímos reportam-se maioritariamente à sua vida adulta até à morte. Casou com Maria Vieira em 1619, na ermida de Santa Ana, localizada no campo de Santa Ana<sup>2</sup>, a 10 de fevereiro, numa cerimónia marcada pela presença de mercadores. Entre as quatro testemunhas presentes três eram mercadores e uma delas, sineiro. A maioria das testemunhas era da família do noivo, pois ostentavam igual sobrenome, o que faz supor que Pedro de Aguiar deve ter iniciado a sua vida profissional neste ramo de trabalho, embora desconheçamos o seu setor de negócios. O mesmo se passa relativamente à situação em que trabalhavam estes mercadores. Todos tinham tenda aberta? As lojas eram pessoais ou familiares? Existiriam sociedades entre eles? A presença de homens associados ao negócio na cerimónia, evidencia a aproximação feita a um patamar superior de poder.

---

<sup>2</sup> O pedido dirigido à Câmara, em 1651, para conceder privilégios a Domingos Gonçalves por ser mamposteiro da Misericórdia da cidade na ermida de Santa Ana, atesta a importância deste equipamento religioso e demonstra a relevância das suas cerimónias religiosas, por atraírem fiéis. Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro dos registos 1649-1656*, fl. 104v.



Este casamento evidencia também uma estratégia comum no tempo: o estabelecimento de ligações matrimoniais entre os mesmos grupos profissionais<sup>3</sup>. Terá sido através do casamento que Pedro de Aguiar, à semelhança de muitos outros, iniciou a sua escalada social. Da análise do seu casamento verifica-se também que uma parte dos mercadores da cidade residia na rua do Souto, onde teriam as suas lojas, localizadas frequentemente na parte baixa da sua moradia. Com o matrimónio, Pedro de Aguiar entrou, também por esta via, numa família de mercadores. Os pais de Maria Vieira viviam na rua do Souto, principal artéria da cidade e coração do seu comércio, e estavam associados a este ofício, sendo gente muito conceituada de Braga, como se constata através do depoimento das testemunhas no processo de candidatura a familiar do Santo Ofício do marido. Era precisamente pelos serviços que prestavam que as cidades e os locais que as incluíam que estas se caracterizavam na época<sup>4</sup>. As testemunhas do processo a familiar do citado processo mencionaram sobre os seus avós maternos ser *gente principal de Braga e gente da melhor da terra*. Sobre a avó foi referido ser pessoa *nobilissima*. As testemunhas afiançavam conhecer bem as pessoas em causa e serem suas vizinhas<sup>5</sup>. Este capital social foi fundamental ao recém-casado para ascender socialmente, não somente por estar amparado em termos ocupacionais, mas também em termos sociais, pois gozava do estatuto e do prestígio que tinha a família da sua esposa.

Ingressar num grupo familiar com estas características era ascender e usufruir de um conjunto de benefícios. Era ainda integrar uma rede de mercadores da cidade com poderes alargados a outros meios. Essa rede, para além de associar homens do mesmo ofício, trazia também

---

<sup>3</sup> FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo, “Espacios matrimoniales y reproducción social en la Galicia occidental en el siglo XVIII”, *Revista de Demografía Histórica*, XXII, I, 2004, pp. 77-120.

<sup>4</sup> SMITH, Carol A., “Types of city-size distributions. A comparative analysis”, *Urbanization in History. A Process of Dynamic Interactions*. Direção de Ad van der Woude; Jean de Vries; Akira, Hayaami, Oxford, Clarendon Press, 1990, p. 28.

<sup>5</sup> ANTT, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>.

amigos e familiares, o que facilitou a ascensão social de Pedro de Aguiar. Como recentemente se tem demonstrado, os profissionais do vestuário encontravam-se estreitamente relacionados, formando redes profissionais e familiares frequentemente por via dos casamentos<sup>6</sup>. O matrimónio tornara-se, assim, numa mola propulsora para novos ambientes, sociabilidades e poderes, que carregava recursos materiais, mas sobretudo estatuto e prestígio<sup>7</sup>. Sem saber se foi através do casamento que se inseriu na atividade económica que tinha ou se já a exercia anteriormente, é para nós muito claro que o trajeto de mobilidade social de Pedro de Aguiar ganhou novo fôlego com o matrimónio<sup>8</sup>.

O casal teve filhos, mas não sobreviveram, e construiu uma moradia na citada freguesia, no rossio do castelo, mesmo ao pé da artéria mais movimentada da cidade – a rua do Souto. Era nela que existiam as lojas e gravitava todo o comércio.

A construção da casa onde residia é por si só um sinal de poder económico, saído da atividade profissional que tinha. Pedro de Aguiar era mercador de sedas, com loja aberta por baixo da sua residência, ou seja, no coração da cidade. Esta casa, descrita no seu testamento, bem como o seu recheio, possuía um piso superior, possuía vários compartimentos e estava ricamente apetrechada. Os móveis, os quadros, os objetos de prata e ouro, as tapeçarias, as roupas e os criados atestam a riqueza existente e o poder dos seus donos. Este homem vai

---

<sup>6</sup> MARTINEZ, Sandra, *Les fournisseurs de parures à la cour madrilène sous Charles II (1664-1700). Service et représentation du souverain au coeur de son royaume*, 2 vols, Paris, Sorbonne, 2017.

<sup>7</sup> Leia-se a propósito GONZÁLEZ BELTRAN, Jesus Manuel, “Procesos de movilidad social en Cádiz y su hinterland en el siglo XVIII. Actividades económicas, promoción y des-promoción”, *Migraciones y movilidad social en la Época Moderna*. Coordenação de Miguel Rodríguez Cancho e José Pablo Blanco Carrasco, [s.l.], Sindéresis, 2018, p. 48.

<sup>8</sup> Veja-se SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos, *Família, trajetórias e Inquisição: mobilidade social na Amazônia Colonial (c.1672-c.1805)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, p. 181, Tese de doutoramento em História exemplar policopiada.

ao longo dos anos 20, 30 e 40 do século XVII construindo um enorme património, que passa pela compra de várias habitações na cidade e fora dela, pela aquisição de terras e pelo empréstimo de dinheiro a juros<sup>9</sup>, mas ainda por muito equipamento para a sua loja. As diversas caixas e baús existentes e o recheio que possuíam é elucidativo do património que tinha e do que vendia.

Não deixa de ser interessante constatar que as décadas em que este homem faz fortuna correspondem a um período financeiramente muito grave de Portugal e que levou à ocorrência de vários motins populares no território. Essas manifestações de desagrado ecoam o protesto popular contra as políticas de Olivares e a sua estratégia de tornar a Espanha grande, recordando tempos passados. Todavia, fez levantar em toda a Península vozes de desagrado, gente que lutava pela sobrevivência, não querendo que os seus homens fossem recrutados para o contexto de guerra, não desejando pagar mais impostos e gritando contra a fome, a ilegitimidade e a tirania do governo espanhol<sup>10</sup>.

Em Braga, a situação não foi diferente. Os motins conhecidos nas terras vizinhas de Viana da Foz do Lima e de Vila Real em 1636 demonstram as mesmas preocupações. Na cidade, a pobreza que se fazia sentir evidencia o aumento dos marginais e a forma como se reagiu ao fenómeno. A Misericórdia local diminuiu o valor da esmola para poder responder a mais pobres<sup>11</sup>. Ao mesmo tempo, o seu hospital enchia-se de doentes e não possuía capacidade financeira para responder a tanta solicitação. Ou seja, Braga sofria dos males gerais e tal como outras cidades foi confrontada com um volume crescente de pobres.

---

<sup>9</sup> Sobre o envolvimento de particulares neste negócio leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Emigration et promotion social: les émigrants minhotés du Brésil et les utilisations de la richesse (XVII<sup>ème</sup> siècle)”, *The City: multifaceted views*. Coordenação de Maria Marta Lobo de Araújo, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 32-50.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. III, Viseu, Palimage, 2015, pp. 1401-1438.

<sup>11</sup> CASTRO, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006, pp. 61-62.

Nas pequenas, como nas grandes cidades, os momentos de crise foram marcados pelo surgimento de multidões de pobres<sup>12</sup>. Mas estes foram também os anos que potenciaram a riqueza de muitos. O caso de Pedro de Aguiar é bem elucidativo.

Embora sem filhos vivos, o casal fez-se rodear de muita gente. Eram servidos por vários criados, provavelmente seus serviçais há vários anos. Tinham dado provas da sua honestidade, predicado imprescindível para se ser contratado<sup>13</sup>, mas também da sua lealdade, consideração e amizade aos patrões. Nos testamentos, a roupa que lhes foi deixada, mas também os móveis, são demonstrativos do apreço de que eram merecedores. Às criadas, Maria Vieira legou roupa e camas para dormir, mas a João Vieira, para além de lhe deixar a sua cama pessoal, a melhor que possuía, e a roupa dela, determinou a sua permanência na sua casa durante quatro anos ou a alugasse para durante esse tempo cuidar do recolhimento que o casal tinha fundado na cidade. Provavelmente seu familiar, deve ter sido ele que substituiu Pedro de Aguiar na loja de sedas, pois mantinha com a doadora uma relação preferencial, expressa não somente nas doações que lhe fez, mas também na tarefa de acompanhamento da instituição que Maria Vieira tinha erigido com o seu marido. Se por um lado fica expressa a capacidade para gerir negócios e a instituição para mulheres, por outro demonstra a confiança que a viúva depositava nele, ao deixar-lhe o que de melhor possuía. Em 1650, a casa recebeu mais um sobrinho, estudante de Teologia. A sua passagem pela residência dos tios parece ter estado ligada aos estudos, porquanto no testamento do benfeitor é mencionado que estava naquele momento, por ser estudante e enquanto

---

<sup>12</sup> ANDRÉS UCENDO, José Ignacio; Lanza García, Ramón, “Trabajar y vivir en el Madrid de los Austrias, 1561-1700”, *Civitas: expresiones de la ciudad en la Edad Moderna*. Edição de Susana Truchuelo García; Roberto López Vela, Marina Arce Tores, Santander, Editorial Universidad de Cantabria, 2015, p. 188.

<sup>13</sup> Leia-se Hufton, Olwen, “Mulheres, trabalho e família”, *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, Porto, Afrontamento, 1991, p. 33.

não tomava ordens. Mas este não foi o único sobrinho protegido. Bento de Araújo Aguiar foi também beneficiado com a ajuda dos tios num momento de aflição, assumindo uma dívida sua<sup>14</sup>.

A casa de que dispunha e a riqueza que possuía constituiu um polo de atração de sobrinhos e irmãos, o que era também vulgar na época, mas demonstra a generosidade do casal e a forma como entendia a família. Neste percurso de vida, Pedro de Aguiar foi ainda um referencial para os seus, ao transformar a sua casa num local de receção e de ajuda. O poder de que gozava foi fundamental para resolver problemas com a justiça de alguns familiares.

A repartição interior da casa reflete o que adotado na época das moradias dos estratos mais elevados: salas e quartos com antecâmaras são as grandes evidências. O surgimento de antecâmaras acompanha o que de mais moderno se fazia na Europa, evidenciando uma nítida hierarquização dos espaços de acordo com as suas funcionalidades de carácter mais público ou privado<sup>15</sup>. Esta criação de espaços de maior intimidade é feita através de soluções de separação entre eles, potenciando o surgimento de lugares mais íntimos<sup>16</sup>.

A análise feita aos bens da casa, nomeadamente à baixela demonstra a capacidade existente de receber e as necessidades de rechearem o lar de bens de luxo para alguns momentos principais. Falamos dos talheres de prata em número elevado, dos pratos com as armas da família igualmente em volume expressivo e ainda das cadeiras usadas nesses momentos. Existiam ainda outros elementos necessários ao serviço da mesa, como copos a atestar a riqueza e as necessidades de uma casa rica

---

<sup>14</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Livro de Título, n.º 30, fl. 24v.

<sup>15</sup> FIGEAC, Michel, “Des impératifs de la bienséance aux necessites de l’intimité, les dispositifs spatiaux de l’hôtel urban entre vie publique et vie privée (vers 1620 - vers 1790)”, *L’habitat des élites urbaines en Europe à l’époque moderne*. Direção de Michel Figeac, Paris, Mison des Sicences de l’Homme d’Aquitaine, 2019, p. 131.

<sup>16</sup> Consulte-se FRANCO RUBIO, Gloria, *el ámbito doméstico en el antiguo régimen*, Madrid, Ed. Síntesis, 2028, p. 64.

para ocasiões em que recebia muita gente. A casa foi lugar de reunião de amigos, parentes e talvez até homens de negócios.

## OS LUGARES DE PODER

Em 1626 Pedro de Aguiar entrou na confraria mais poderosa da cidade – a Misericórdia –, numa sessão em que ingressaram também outros candidatos. Fundada provavelmente em 1513, esta confraria foi muito protegida pelos arcebispos locais e conheceu um novo impulso na segunda metade deste século quando, primeiro construiu a sua igreja e depois abriu as suas portas a mais irmãos. Começou a sua atividade com 100 membros, mas rapidamente os procurou aumentou, conhecendo-se um movimento de abertura paulatino, que fez crescer o volume de confrades. O ingresso deste homem acontece dois anos após ter-se discutido em Mesa a possibilidade de alargar o volume de confrades, adequando-o ao crescimento da cidade. Depois do acrescento, mesmo sem autorização do monarca de mais 20 lugares, a instituição passou a contar com 220 elementos, o que configura a sua importância. Este número ficou consagrado no compromisso próprio, redigido em 1628. A abertura respondia a uma procura cada vez mais intensa, tendo nos clérigos os principais interessados<sup>17</sup>. Depois de aceite, ele como os restantes tomaram juramento e pagaram a joia de ingresso<sup>18</sup>.

O facto de ser mercador e residir no centro da cidade tornou-o um homem conhecido por todos. A sua atividade profissional possibilitou-lhe o estabelecimento de redes de conhecimento e a ligação ao mundo confraternal. Ingressou como irmão de segunda condição e a riqueza que alcançou não lhe possibilitou a mudança de lugar, como aconteceu

---

<sup>17</sup> Para esta problemática veja-se o trabalho de ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Os irmãos”, José Viriato Capela e Maria Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 107.

<sup>18</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, n.º 54, fl. 40v.

noutras Misericórdias em alguns casos. O facto de Braga ser uma cidade povoada por muito clero e das Mesas, principalmente a provedoria ter sido ocupada neste século maioritariamente por homens deste estado, deve ter impedido a mobilidade dentro da confraria. Várias Misericórdias registaram casos de passagem de irmãos oficiais para nobres, mas em Braga se pensarmos na Câmara, onde os letrados entraram a custo e só no século XVIII<sup>19</sup>, o que, aliás, também acontece na provedoria na Santa Casa, o conservadorismo prevaleceu. Na Câmara espelha-se o que se passava no resto de Portugal, onde as “tendências oligárquicas” expressavam o corporativismo dos grupos em que se fazia o recrutamento para os cargos, mediante processos eleitorais<sup>20</sup>.

Pedro de Aguiar apesar de muito rico e influente permaneceu até à morte no grupo dos oficiais. O benfeitor não conseguiu alterar a sua posição na Santa Casa, mas também desconhecemos se alguma vez o tentou. Foi na condição de confrade do segundo foro que em 1629, quando o compromisso aprovado, que o seu nome figurou junto aos oficiais, numa coluna separada da dos nobres. E assim será até à morte. Não conhecemos nenhum caso de alteração de estatuto nesta Misericórdia, embora a historiografia aponte outros em congéneres. Sabemos, contudo, como se encontrava de alguma forma *vedada* essa possibilidade, pois os confrades do primeiro foro integravam a nobreza e o clero local e os lugares do mando andavam no século XVII principalmente nos homens do clero. Talvez essa situação tivesse impossibilitado a ultrapassagem desta barreira.

O ano de 1626 marca um período importante da vida deste homem, uma vez que consegue aceder a duas importantes instituições da sociedade portuguesa da época. Embora com cariz muito diferente, a Misericórdia e a Inquisição cumpriam funções relevantes e ambas exigiam sangue limpo para lhes pertencer. Reunidos sob a provedoria de

---

<sup>19</sup> CAPELA, José Viriato, *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município de bracarense*, Braga, Universidade do Minho, 1999.

<sup>20</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 3.ª edição, Lisboa, ICS, 2012, p. 39.

João Rodrigues Mogo, os irmãos da Santa Casa aceitaram o candidato no lugar de Miguel Luís, cerieiro, na categoria de irmão do segundo foro<sup>21</sup>.

Inicia também uma viagem pelos lugares de poder da Santa Casa que lhe estavam disponíveis, pois enquanto oficial não podia ascender aos mais importantes como o de escrivão ou provedor.

Na Misericórdia foi mesário em 1628, 1629, 1630. Em 1637 foi tesoureiro da Mesa<sup>22</sup>, cargo repetido em 1643<sup>23</sup>. A destreza demonstrada neste cargo abriu-lhe as portas do hospital de São Marcos, onde foi tesoureiro quatro vezes, uma delas em 1642 e outra em 1646<sup>24</sup>. São Marcos pertencia à Santa Casa, mas tinha receitas e administração próprias. Para o gerir contava com um provedor e um tesoureiro. O tesoureiro do hospital de São Marcos era designado pelo provedor da Misericórdia e competia-lhe tomar conta das rendas do hospital, bem como proceder às despesas, mediante recibo<sup>25</sup>. Quando Pedro de Aguiar chegou a este lugar no hospital tinha já experiência acumulada nestas funções quer na Santa Casa, quer na confraria do Santíssimo Sacramento. Habitado ao deve e ao haver na sua loja, este confrade apresentava competências que os irmãos lhe reconheciam, elegendo-o para mesário e depois sendo indicado pelo provedor para tesoureiro. Ser tesoureiro de uma instituição é para além de um lugar de poder, um posto de confiança, pois só uma pessoa bem reputada o podia ocupar, por tratar com dinheiros. Tinha também de ser um irmão com posses, uma vez que, não raras vezes, adiantava do seu bolso dinheiro à instituição,

---

<sup>21</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, n.º 54, fls. 39-39v.

<sup>22</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos de mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1598-1632*, n.º 4, fl. 236v.

<sup>23</sup> ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro 5.º das Eleições 1635-1691*, n.º 55, fls. 24v., 32v.

<sup>24</sup> Desconhecemos as restantes datas em que foi tesoureiro do hospital.

<sup>25</sup> *COMPROMISSO da Misericórdia da cidade de Braga, Braga*, Por Francisco Fernandez de Basto, 1631, pp. 28-29.



sendo posteriormente ressarcido. Assim aconteceu a Pedro de Aguiar nas várias instituições em que serviu neste cargo.

Todavia, apesar de se manter no escalão inferior, o seu prestígio era reconhecido, porquanto a ocupação do cargo de tesoureiro do hospital, quatro vezes, é elucidativa do prestígio de que gozava na confraria e da sua ligação a este instituto. Manteve-se ativo na vida confraternal entre 1626 e 1655, ou seja, durante 29 anos.

Como já referimos, 1626 foi ainda o ano candidatura e o ano seguinte o do ingresso na Inquisição, como familiar. Depois de ingressar como familiar do Santo Ofício em 1627, Pedro de Aguiar tonou-se um homem temido. Embora esta instituição tivesse o topo da sua hierarquia reservada ao clero, admitia leigos para ocuparem alguns cargos e exerceram determinadas funções para os lugares de Deputado, Qualificador, Notário e Comissário era preciso ser eclesiástico, mas para familiar, médico, cirurgião, alcaide e porteiro não era necessário.

O ingresso de Pedro de Aguiar na referida instituição acontece num período de grande perseguição do judaísmo, após 1605, aquando do perdão geral aos cristãos novos. Os ataques aos cristãos novos e a caça aos considerados hereges exigiu um aumento de comissários, mas também de familiares, impondo grande medo na sociedade, ao mesmo tempo que se constatava “instabilidade e tensão social”<sup>26</sup>.

A pertença à Inquisição obrigava a um processo de inquirição sobre o interessado no sentido de provar a sua limpeza de sangue, conhecer a sua forma de vida e capacidades para o desempenho do lugar. A candidatura foi apresentada ao Tribunal de Coimbra, por ser a instituição com jurisdição sobre Braga e o responsável pela inquirição foi Francisco Leal, abade de São Martinho do Couto, da arquidiocese de Braga. Esta iniciou-se a 22 de setembro de 1626, e incluiu 10 testemunhas, com idades compreendidas entre os 60 e os 80 anos. Para além destas, foram ainda escutadas outras pessoas. A candidatura exigia

---

<sup>26</sup> Leia-se MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, pp. 161-174.

disponibilidade financeira, sendo necessário pagar o montante inerente às despesas efetuadas.

Entrar na Inquisição como familiar significava receber uma carta de familiar, ou seja um atestado de pureza de sangue e estar investido de autoridade localmente, o que possibilitava aceder a outros ofícios públicos. Mas a sua estima alargava-se também à sua família<sup>27</sup>.

Para tanto, era preciso passar pelo crivo da instituição em que se pretendia ingressar, após ter instruído uma candidatura. A averiguação de dados implicava a audição de testemunhas, que deviam ser pessoas consideradas de crédito, cristãs-velhas, sem inimizades com o candidato, nem fossem suas parentes. As que se pronunciaram eram todas da cidade de Braga e elogiaram a sua pessoa e a família. Tratava-se de uma inquirição de *genere* que pretendia apurar sobre se o candidato tinha sangue mouro ou judeu. Desejava-se também conhecer a sua vida e os costumes, se era de bom procedimento, se vivia abastadamente, se sabia ler e escrever e se reunia competências para ser encarregue de assuntos de substância e de segredo.

As informações recolhidas sobre ele foram muito positivas e acerca da sua família foi dito ser gente limpa de sangue mouro e judeu, pacífica e muito honrada e bem vista pela comunidade<sup>28</sup>. Várias testemunhas declararam conhecê-lo desde menino e também aos seus pais.

Também sua mulher foi sujeita ao mesmo processo, tendo sido escutadas seis testemunhas para além de outras pessoas velhas, honradas e virtuosas, que confirmaram que Maria Vieira e seus familiares eram *todos gente honrada, virtuosa e bem vista de todos os seus vizinhos sem ter raça alguma nem parentes com judeus ou mouros*.

Em ambos os interrogatórios, constituídos pelas mesmas questões, as testemunhas não apontaram nada de negativo acerca do casal, dos seus pais e avós, salientando que eram pessoas muito honradas, de boa

---

<sup>27</sup> MARQUES, Bernardo Manuel Belo, *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahía dos séculos XVII e XVIII*, Braga, 2018. Dissertação de Mestrado em História, policopiado.

<sup>28</sup> ANTT, <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>.

conduta, de confiança, ricas, nobres e pacíficas e limpas de sangue infeto. Pedro de Aguiar estava, portanto, apto, por todas as informações serem muito abonatórias quer as respeitantes à sua família, quer às da sua esposa. A confirmação da habilitação data de 3 de fevereiro de 1627, demonstrando a celeridade do processo. Com esta integração passou a ser um homem muito mais poderoso.

No seu itinerário como confrade passou ainda pelas confrarias de Nossa Senhora dos Prazeres (igreja do colégio de São Paulo)<sup>29</sup>, dos Santos Passos (ermida de Santa Ana<sup>30</sup>) e do Homem Bom (sedeada na Sé)<sup>31</sup> e do Santíssimo Sacramento (da Sé). Nesta última instituição, muito poderosa, a mais importante confraria da Idade Moderna da cidade<sup>32</sup>, depois da Misericórdia, e a mais relevante da Sé, ocupou também vários cargos. Esta instituição foi fundada em 1540 pelo então arcebispo de Braga, D. Henrique, mais tarde cardeal, que conseguiu autorização papal para gozar dos privilégios e graças da congénere de Roma<sup>33</sup>. Este facto contribuiu para se transformar numa instituição elitista, por nela se oferecerem benefícios aos seus membros, o que se reflete na sua composição social, atraindo os mais poderosos da cidade<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> FREITAS, Bernardino Senna de, *Memorias de Braga*, vol. III, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 461.

<sup>30</sup> Esta confraria mudou-se em 1760 para a igreja de Nossa Senhora da Lapa. FREITAS, Bernardino Senna de, *Memorias de Braga*, vol. II, p. 93.

<sup>31</sup> Em 1783, uniu-se à confraria de São Vicente, mudando-se para a sua igreja.

<sup>32</sup> Veja-se GOMES, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História, Braga, 2002, p. 135, exemplar policopiado.

<sup>33</sup> MARQUES, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”, *História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 568.

<sup>34</sup> GOMES, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*..., p. 178.

Com Trento o culto ao Santíssimo Sacramento, tal como o das Almas do Purgatório e de Nossa Senhora do Rosário foi reforçado, com destaque para o do Santíssimo Sacramento que se afirmou nesta hierarquia, ocupando o lugar cimeiro<sup>35</sup>.

Braga possuía uma rede confraternal muito alargada, contando ainda na segunda metade do século XVIII com mais de sete dezenas destas instituições, ou seja, num período de dificuldades acumuladas, quando muitas já tinham desaparecido ou se tinham junto a outras mais fortes, o número destas instituições era ainda muito elevado. A escolha estava, portanto facilitada, mas Pedro de Aguiar e sua mulher devem ter pesado bem para onde queriam dirigir os seus investimentos materiais e simbólicos. Pertencer a uma confraria na Idade Moderna era em primeiro lugar buscar proteção espiritual para a hora da morte e depois dela, já que muitas assistiam espiritualmente os que estavam para partir da vida terrena e todas procediam ao sepultamento dos irmãos e celebravam missas por alma. Era, por isso, muito vantajoso, mas patrocinavam outros benefícios, como ajudas materiais aos confrades necessitados, inserção em círculos de poder, reforço das identidades, acesso a cargos de poder, desfiles em momentos importantes, ou seja, para além de benefícios materiais, existiam outros de poder e prestígio, nada menos importantes<sup>36</sup>.

Instituições da Igreja Católica, as confrarias contaram na sua instalação com o incentivo dos agentes do clero e das Constituições Sinodais, mas também com o de muitos fiéis, que viam na sua fundação uma forma de incrementar o culto e a divulgação dos valores da instituição a que pertenciam. Existiram em grande número e em Braga a veneração à Virgem Maria registou a maior popularidade<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> PENTEADO, Pedro, “Confrarias”, *História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, pp. 324-325.

<sup>36</sup> Pedro Penteado elencou-os num trabalho publicado em 1995. Veja-se PENTEADO, Pedro, “Confrarias portuguesas da Idade Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, *Lusitânia Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, VII, 1995, pp. 15-18.

<sup>37</sup> CAPELA, José Viriato, “Confrarias e Sociedade”, *As freguesias do Distrito de*

Para consolidar a sua posição social e juntar benefícios espirituais, Pedro de Aguiar entrou em 1628 para a confraria do Santíssimo Sacramento e imediatamente foi eleito tesoureiro, depois em 1631 ocupou o cargo de escrivão, o que voltou a acontecer em 1635, 1637. Em 1639 foi mesário e passados quatro anos assumiu o lugar mais importante, chegando a juiz<sup>38</sup>. Alcançou de forma muito rápida os lugares do mando numa instituição poderosa. Foi mais fácil aqui que na Misericórdia, onde o facto de existir uma separação entre os membros, não o deixou chegar ao topo do poder. Reconhece-se também nesta instituição as capacidades que o mercador tinha para a contabilidade e a escrita, destrezas adquiridas no seu dia-a-dia.

A pertença aos órgãos desta instituição possibilitou-lhe visibilidade pública, não somente nas saídas frequentes de transportar o viático aos doentes, mas também nas procissões em volta do templo, realizadas todos os terceiros domingos de cada mês<sup>39</sup>. Estas confrarias tinham como prática estes momentos de culto, o que lhes conferia exposição pública. Para além deles, tal como as restantes, participava também em outros desfiles processionais organizados por outras instituições.

Foi ainda escrivão do Auditório Eclesiástico de Braga, cargo digno de menção. Este lugar não estava acessível a qualquer pessoa, pois tratava-se de um Tribunal importante, que exigia competências para o desempenho do lugar. Para o seu alcance terá contado a passagem pelos diferentes postos de poder na cidade e o lugar no Santo Ofício. Após ter iniciado o desempenho de escrivão da mais poderosa confraria da cidade e na confraria do Santíssimo Sacramento, Pedro de Aguiar foi nomeado

---

*Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista.* Direção de José Viriato Capela, Braga, Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 2003, 594-595.

<sup>38</sup> Arquivo da Sé de Braga, (doravante (ASB)), *Livro de termos de eleição de oficiais e aceitação de novos irmãos, 1613-1686*, fls. 33-33v., 34, 35v.-36v., 37, 38, 39, 40-40v. 41, 42-42v., 41, 42-42v., 43-43v.

<sup>39</sup> BARBOSA, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. II, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017, pp. 152-153.

escrivão do Auditório Eclesiástico de Braga, em julho de 1645, pelo Cabido, em tempo de Sé Vacante. O lugar encontrava-se vago e o facto de ter evidenciado na Misericórdia e na Sé competências no campo da escrita, ter-lhe-á facultado o acesso a esse lugar<sup>40</sup>. Os cargos da Santa Casa abriram-lhe as portas de mais uma instituição poderosa da cidade. Possuía uma boa caligrafia e escrevia de forma correta e muito escorreita. As cartas que dirigiu à Mesa da Santa Casa são disso um exemplo, não estranhando, pois, os lugares de escrivão que desempenhou. Habitado à escrita devido à sua profissão, que exigia vários registos, e também ao crédito, o benfeitor evidenciava competências na matéria e demonstrou no seu testamento estar habituado ao lançamento dos diversos assuntos em livros próprios. Mencionou ter registado em livro próprio todas as menções referentes ao testamento de seu irmão Jerónimo Barreiros da Silva, sineiro, de quem provavelmente foi testamenteiro.

A circulação por vários lugares de poder em instituições diversas da cidade não só possibilitou a Pedro de Aguiar uma considerável exposição pública, reforçada pela sua profissão, mas também pelo empréstimo de dinheiro a juto. A análise dos livros notariais comprova as vezes que lidou com notários para fazer doações e escrituras. Não cabe neste trabalho estudar a sua ação prestamista, mas este homem deve ter ganho muito dinheiro com esta forma de rentabilizar capitais e com ela também alcançou muito poder, pois mantinha várias pessoas, uma parte delas mercadores, sob o seu poder, por dependerem financeiramente de si. Tal como muitos outros homens deste ramo, Pedro de Aguiar participou em vários negócios e esteve associado a muitas instituições<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> ADB, Registo Geral, Livro n.º A-30, fls. 237v.-238.

<sup>41</sup> MARTINEZ, Sandra, “Servicio de palácio y redes comerciales. Una familia de bordadores en Madrid en el siglo XVII”, *Mercadores y redes mercantiles en la Península Ibérica siglos XV-XVIII*. Dirección de Manuel F. Fernández Chaves, Rafael M. Pérez García e Beatrice Pérez, Sevilla, Paris, Lisboa, Editorial Universidad de Sevilla, Cátedra de Estudios Sefarditas Alberto Benveniste, Éditions Hispaniques, 2019, p. 198.

Para além da ocupação dos lugares referidos, o seu poder expressou-se ainda de variadas formas. Em 1645 foi testemunha do imaginário Geraldo Fernandes no processo movido na Câmara para obtenção dos privilégios da nobreza. Homem reputado na cidade e ainda no Porto e na vila de Viana da Foz do Lima pelos trabalhos de armador, imaginário, pintor e muitas “architeturas notáveis”, Geraldo Fernandes fez petição à Câmara para viver como os nobres, tendo na ocasião sido chamados vários homens para deporem sobre o pretendente. Pedro de Aguiar foi um deles e mencionou as suas competências e reputação para recordar o dinheiro que lhe emprestou para os seus trabalhos no Porto e em Viana, recordando também a sua limpeza e os criados e criadas que o serviam<sup>42</sup>. O mercador sublinhava a condição do imaginário, mas colocava-o numa relação de dependência de si, por lhe emprestar dinheiro para a sua arte. A condição de homem rico possibilitou-lhe o empréstimo de capitais a vários mercadores e a outros oficiais da cidade, o que o fez ainda mais poderoso.

## AS FACES DA CARIDADE

Pedro de Aguiar e Maria Vieira para além de estarem inscritos nas referidas confrarias, nos anos 40 puseram em marcha uma outra estratégia de afirmação social, denunciadora também da sua ligação aos pobres, ao religioso e à salvação da alma. Na referida década, começaram por investir no hospital de São Marcos, instituição por ele bem conhecida. A passar por grandes dificuldades financeiras, o hospital conhecia uma procura crescente de doentes, ocasionando elevados gastos, o que o impossibilitava de fazer novos investimentos. Conhecedor desta situação, o casal decidiu em 1643 fazer uma doação para a construção de duas enfermarias para convalescentes, um altar para celebração e algumas mais dependências de assessoria a este serviço. A construção de uma nova ala no complexo hospitalar não o colocava somente ao lado de hospitais

---

<sup>42</sup> AMB, *Livro de registo que se ha de fazer de todo as provisões e privilégios e cartas que vierem a Câmara*, fls. 59v., 63v-64.

maiores, mas tem sobretudo a particularidade de o dotar de um novo serviço, que se compunha das duas modalidades de assistência: corporal e religiosa. Em 1645 nova doação confere um novo fôlego ao projeto, ao mesmo tempo que dirigem o seu investimento para o casamento de dotes a familiares de ambos os ramos de parentesco, deixando a Misericórdia como distribuidora<sup>43</sup>. Ou seja, o casal e principalmente Pedro de Aguiar, por ser ele o interlocutor direto com esta instituição e também com o notário, rasgava uma nova estratégia de afirmação local, própria de um homem com a sua posição social. Estas ações foram acompanhadas de outras nos anos imediatos fazendo novas doações à Santa Casa e impondo contrapartidas de proteção às suas almas<sup>44</sup>. Os benfeitores usavam o dinheiro para aplanar o caminho da salvação e assim iam instituindo legados para freiras, dotes de casamento, tudo para a Misericórdia distribuir pelas mulheres suas familiares.

Depois de concluídas as obras das enfermarias e do altar, os benfeitores exigiram a colocação de uma pedra com o seu nome e a benfeitoria feita onde se inscreveu também os cargos de poder que Pedro de Aguiar tinha ocupado no Santo Ofício e no hospital<sup>45</sup>.

Uma outra decisão ocorreu em 1650 quando decidiram fundar um recolhimento para beatas, obra concluída dois anos mais tarde. Seus administradores em vida, deixaram essa tarefa após a morte para a Misericórdia, depois de um processo não muito claro com a confraria de Santa Cruz, da cidade.

---

<sup>43</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Honra, pobreza e caridade: os dotes de casamento na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XVIII), *Ponte de Lima. Estudos de História Local*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2009, pp. 121-126.

<sup>44</sup> Leia-se, entre outros, os trabalhos de ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 378-426; FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. Tese de Doutoramento em História (ramo do conhecimento em Idade Moderna), Braga, Universidade do Minho, 2014, exemplar policopiado.

<sup>45</sup> Esta pedra permanece ainda hoje no Hotel Vila Galé, antigo hospital de São Marcos.



Primeiro os doentes, depois as mulheres. Pedro de Aguiar e a sua esposa usaram parte da sua riqueza para fazer o bem, e, simultaneamente, para ostentarem poder e aumentarem o seu reconhecimento social.

Em 1647 fizeram uma doação à confraria do Santíssimo Sacramento da Sé, dando mil cruzados em dinheiro para serem colocados a juro e dos réditos gastarem em cera branca para arderem dois brandões todos os dias no Santíssimo Sacramento. Desejavam ainda fazer dois *ceriais* de prata em que ardessem, como os de D. frei Agostinho de Jesus, antigo arcebispo de Braga. Esta doação tinha como contrapartida a celebração de um ofício pelas suas almas na semana dos Fiéis Defuntos, à semelhança do também estabelecido pelo citado arcebispo. Todavia, dos mil cruzados ficavam mil réis para os oficiais da confraria dispo-rem conforme o necessário. Porém, esta não era a primeira doação, já antes o casal tinha oferecido uma bandeira para a instituição, no valor aproximado de cento e vinte mil réis. Agradecidos, os confrades assumiram rezar pelas suas almas todos os terceiros domingos um Pai Nosso e uma Avé Maria<sup>46</sup>. Nesta doação, o casal colocava-se ao mais alto nível ao igualar-se a D. frei Agostinho de Jesus. Poderosos, Pedro de Aguiar e Maria Vieira ostentavam a sua riqueza em benfeitorias pelas suas almas, carregadas de simbolismo.

Em 1655 Pedro de Aguiar estava doente de achaques que o impossibilitavam de servir a Misericórdia. Na altura, foi substituído por outro irmão que entrou, de forma que a instituição pudesse ser servida e não sofresse com a impossibilidade do visado. Esta situação era corrente em várias congéneres. Sempre que estavam impossibilitados, também por ausência da terra, os irmãos eram substituídos para que o normal funcionamento da instituição não fosse afetado. A doença antecedia a morte, a qual veio a correr no ano seguinte, na freguesia de São João do Souto, a 25 de dezembro<sup>47</sup>. O confrade morreu, mas a

---

<sup>46</sup> ASB, *Livro de termos de eleição de oficiais e aceitação de novos irmãos, 1613-1686*, não paginado.

<sup>47</sup> ADB, Fundo Paroquial, Freguesia de São João do Souto, Livro nº 128, fl. 158v.

sua loja manteve-se aberta com a sua mulher à frente dos negócios até à sua morte. Também o recolhimento fundado pelo casal permaneceu sem alterações, demonstrando que se mantinha para além da presença viva dos fundadores.

## NOTAS FINAIS

O percurso de Pedro de Aguiar pelos lugares de poder demonstra não somente a riqueza conseguida através da profissão de mercador de sedas e do empréstimo de dinheiro a juros, mas também a acumulação de poder simbólico, o que lhe permitiu agregar benefícios e reconhecimento social. A sua mobilidade social está caucionada por um trajeto de ascensão, assegurando para si e para sua mulher, mas também para a suas famílias, uma rede de conhecimentos que abriu novas oportunidades de poder e de reconhecimento social.

O estudo deste homem evidencia ainda a forma como uma rede social e económica auxilia na mobilidade social e na acumulação de capital social aos seus membros e aos que lhe estão reunidos, principalmente quando se encontra associada a instituições e pessoas com poder económico, social e simbólico.

O primeiro grande passo deste homem começou com a viagem que o trouxe a Braga, cidade com mais oportunidades, e ao casamento feito. Esta terá sido a sua rampa de lançamento, que o inseriu num meio com oportunidades de crescimento económico e social. Depois a gestão da sua loja e a forma como conjuntamente com a sua mulher foi direcionando a sua vida para novos patamares de ascensão. O ingresso na Misericórdia e a candidatura ao Santo Ofício, concluída somente em seis meses, demonstra bem a facilidade com que ultrapassou as barreiras que iam surgindo. Estamos convictos de que nessa altura Pedro de Aguiar reunia já à sua volta muitos apoios, vindos de vários quadrantes sociais. Porém, não restam dúvidas ter sido decisivo no seu percurso de poder o ingresso na Misericórdia e a admissão a familiar do Santo Ofício. Estas admissões, ocorridas em finais da década de 20, abriram portas aos cargos desempenhados nas subsequentes décadas, quando ocupou nas

duas confrarias estudadas os lugares que estavam disponíveis para a sua condição social. Se na Misericórdia não foi possível maior projeção, na confraria do Santíssimo Sacramento exerceu o mais elevado, ao mesmo tempo que ia circulando por outras instituições, como no hospital e no Auditório Eclesiástico. Neste último, onde foi escrivão, evidencia-se a aproximação ao clero da cidade, com quem devia manter relações privilegiadas. Com esta atividade pública, que passa também por uma estreita ligação aos notários da cidade, Pedro de Aguiar devia ter um criado na sua loja de sedas que assegurava a manutenção do negócio, uma vez que as suas ausências o impediam de estar presente.

Com a pertença e a ocupação de cargos em várias instituições, a acumulação foi o caminho seguido. A cidade era pequena e as viagens realizadas entre as instituições também, mas Pedro de Aguiar possuía uma mula para as maiores distâncias, o que evidencia também a necessidade que tinha de fazer alguns percursos mais distantes. Sabemos que vários dos seus imóveis se situavam a alguma distância e que isso o obrigava a viajar, mas os negócios e os cargos de familiar exigiriam também alguns percursos maiores que aconselhavam um certo conforto na deslocação.

Se estamos perante um caso de mobilidade e afirmação social, patenteia-se também uma ligação religiosa muito forte, que leva ao investimento na morte e na salvação da alma. O uso das obras de misericórdia é evidente do medo que todos os homens do seu tempo tinham da morte e do Purgatório, mas também da forma como elas possibilitavam memória e reconhecimento social.

